

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RAFAEL DOS SANTOS BERNARDINO

**ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS LISTADAS NO
NOVO MERCADO DA B3**

CRICIÚMA

2020

RAFAEL DOS SANTOS BERNARDINO

**ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS LISTADAS NO
NOVO MERCADO DA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo
Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Me. Realdo de Oliveira da
Silva

CRICIÚMA

2020

RAFAEL DOS SANTOS BERNARDINO

**ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS LISTADAS NO
NOVO MERCADO DA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Auditoria, Perícia e Investigação Contábil

Criciúma, 10 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Realdo de Oliveira da Silva - Mestre - (Unesc) - Orientador

Prof. Silvio Parodi de Oliveira Camilo - Doutor - (Unesc)

Prof. Luciano Ducioni - Especialista - (Unesc)

Dedico este trabalho a minha família, a todos que contribuíram nesses quatro anos e meio de graduação e aqueles que de algum modo se fizeram importantes nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas condições, saúde e forças para chegar até este momento.

À minha mãe Roseli que se faz presente em todos os momentos da minha vida e não mede esforços para me ajudar. As minhas irmãs Juliana e Gabriella e a nossa Catarina, minha sobrinha que tanto nos alegra.

A minha namorada, Ana Caroline, pelo companheirismo, amizade e ajuda para a conclusão desta fase.

Aos meus bons colegas de classe, que ao longo deste período tanto me ajudaram e contribuíram para que este momento fosse possível.

A todos os professores do curso de Ciências Contábeis da Unesc que compartilharam seus conhecimentos, e que contribuíram muito ao longo desses quatro anos e meio para tornar-nos profissionais capacitados. Ao meu orientador Realdo de Oliveira, que se fez presente nas horas de dúvidas e sugestões, colaborando para que este trabalho fosse finalizado.

Por fim, agradeço a todos aqueles que estiveram nesta longa caminhada e contribuíram para minha evolução pessoal e profissional.

“Faça o teu melhor, na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores para fazer melhor ainda.”

Mario Sergio Cortella

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3

Rafael dos Santos Bernardino¹

Realdo de Oliveira da Silva²

RESUMO: Atualmente constata-se uma alta demanda pela segurança e credibilidade, no mercado de ações não é diferente, os investidores procuram pelas empresas que são referências no que diz respeito as boas práticas. Diante disto, o Novo Mercado que surgiu em 2000 contempla as principais empresas que aderem as práticas adicionais aquelas que tradicionalmente já são seguidas. O auditor contábil então, surge como peça-chave entre empresa e o investidor. Diante desse breve contexto, o estudo tem como objetivo realizar a análise dos relatórios de auditoria das empresas listadas no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado a fim de verificar as opiniões constantes nos mesmos. A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, com a obtenção de dados por meio de uma pesquisa documental onde adotou-se a técnica de análise de conteúdos aplicada sobre os relatórios de auditoria coletados no site da B3. Identificou-se um total de 133 empresas ao longo da pesquisa, com 389 relatórios de auditoria analisados, destes 85% foram emitidos pelas *Big Four*, com apenas 24 relatórios apresentando modificação de opinião, sendo 13 com ressalva e 11 com abstenção. Quanto aos parágrafos que sucedem a opinião do auditor, constatou-se que 8 relatórios possuíam parágrafos de ênfase e todos os relatórios analisados continham o parágrafo de outros assuntos. Desta forma, foi possível também identificar os principais motivos elencados pelos auditores para cada modificação na opinião, que dentre as principais, destacam-se as dúvidas quanto a continuidade operacional e procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas.

PALAVRAS – CHAVE: Governança corporativa. Boas práticas. Auditor. Credibilidade.

AREA TEMÁTICA: Auditoria, Perícia e Investigação Contábil.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a veracidade e a transparência com que as informações e práticas adotadas pelas companhias de capital aberto são divulgadas aos usuários são de extrema importância, isso as levam a terem uma melhor credibilidade e maiores chances de investimento. As boas práticas de governança corporativa começaram a surtir efeito no mercado quando em dezembro de 2000 foram implantados pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) os diferentes níveis de Governança Corporativa, os quais são:

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Relaciona-se a criação destes níveis com a perda do interesse e volume do mercado, visto que acionistas minoritários estavam mais expostos a riscos. De acordo com Martinez e Ramos (2006) pode-se afirmar que a adoção das práticas de governança corporativa é fundamental para a evolução do mercado de capitais.

A fim de verificar as informações e as práticas adotadas pelas empresas, a auditoria surge como um dos principais aliados dos investidores e usuários. A auditoria independente verifica se as demonstrações financeiras das entidades representam fielmente a situação financeira e patrimonial. Crepaldi (2010) salienta esta situação ao afirmar que a auditoria independente tem o objetivo de emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, assegurando que elas representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira da empresa. A opinião do auditor pode variar conforme situações identificadas e atestadas ao longo da execução dos trabalhos, neste contexto, a opinião emitida pode ser não modificada ou modificada.

Segundo Sprenger, Silvestre e Laureano (2016) a opinião não modificada é emitida quando o auditor conclui que as demonstrações financeiras são elaboradas de modo que apresentam veracidade em todos os aspectos relevantes e obedecem a estrutura de relatório financeiro aplicável. A opinião modificada, é emitida quando o auditor identifica distorções relevantes ou não consiga obter evidências apropriadas para seu embasamento.

De acordo com a B3 (2017), o Novo Mercado instituiu um padrão de governança avançado, visto que se tornou o modelo de transparência exigido pelos investidores, além disso, sua adoção é voluntária, sendo um diferencial por adotar-se práticas além das exigidas em lei. Em consonância com a importância da veracidade das informações divulgadas, as empresas listadas no Novo Mercado, assim como todas as empresas de capital aberto, devem obrigatoriamente contratar auditoria externa, a emissão de uma opinião por parte da auditoria é de suma importância para que a fidedignidade das práticas e informações sejam atestadas e aprovadas por alguém independente à empresa.

Diante desta temática, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais são as variações de opiniões encontradas nos relatórios emitidos por auditoria independente para as empresas listadas no nível de governança Novo Mercado da B3?

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral, analisar as opiniões emitidas tendo como base os relatórios de auditoria emitidos entre os anos de 2017 a 2019, das empresas listadas no Novo Mercado da B3, com ênfase nas modificações de opinião, bem como nos parágrafos de ênfase e de outros assuntos.

Constituem objetivos específicos desta pesquisa: (i) caracterizar as empresas listadas no Novo Mercado; (ii) os principais motivos que levaram a se ter uma modificação; (iii) verificar as empresas de auditoria responsáveis pela emissão do relatório.

A pesquisa é justificada pela grande procura pelo mercado de capitais nos últimos anos, o que torna a responsabilidade e a exigência pela transparência fatores importantes a serem abordados pelas companhias. No ponto de vista prático, se destaca pela forma com que será extraída essas informações, visto que a investigação buscará observar se os relatórios de auditoria são claros e objetivos como determinam as normas. Quanto ao ponto de vista social o artigo visa evidenciar para os usuários e investidores se as empresas que estão contempladas no nível máximo de governança realmente cumprem com a característica do segmento de listagem.



A estrutura do trabalho conta primeiramente com a introdução, onde descreverá brevemente sobre a abordagem do tema e fatores que levaram a fazer-se esta pesquisa. A segunda seção apresentará a fundamentação teórica onde será embasado com referências bibliográficas e artigos os temas correspondentes ao estudo e na terceira seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados. A quarta seção é reservada para a apresentação e análise dos resultados obtidos com a investigação e ao final serão realizadas as considerações finais para o presente estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem por finalidade descrever sobre a governança corporativa, seus conceitos, seus princípios, bem como seus marcos históricos. Discorre-se também sobre o Novo Mercado, a auditoria independente e seus aspectos normativos e como estão estruturados os relatórios de auditoria. Além de estudos correlatos que auxiliam ao entendimento da presente pesquisa.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa surgiu com o intuito de propiciar uma segurança para os investidores e usuários da informação, bem como, implantar um controle maior para as empresas, diminuindo os riscos de corrupção, desvios, etc. Além disso, ela propicia uma maior harmonia entre os acionistas e o alto escalão da empresa, fazendo com que as decisões sejam feitas de forma eficaz buscando a otimização operacional e a maximização dos resultados. Como conceito, a Comissão de Valores Mobiliários (2002) trata a governança corporativa como um conjunto de práticas que visa a otimização do desempenho atrelado a proteção de todos os usuários interessados e relacionados com a empresa.

Para se ter uma maior noção do que trata a governança corporativa, Rossetti e Andrade (2014) citam uma grande diversidade conceitual na literatura técnica, e subdividem os diferentes olhares quanto ao conceito de governança corporativa em quatro grupos: guardião de direitos, sistemas de relações, estrutura de poder e sistema normativo.

Quadro 1 – Conceitos de Governança Corporativa.

Guardião de direitos	Monks e Minow (2004, apud Rossetti e Andrade, 2014, p. 138) enfatizam que: “A governança corporativa trata do conjunto de leis e regulamentos que visam: a) assegurar os direitos dos acionistas das empresas, controladores ou minoritários; b) disponibilizar informações que permitam aos acionistas acompanhar decisões empresariais impactantes, avaliando o quanto elas interferem em seus direitos; c) possibilitar aos diferentes públicos alcançados pelos atos das empresas o emprego de instrumentos que assegurem a observância de seus direitos; d) promover a interação dos acionistas, dos conselhos de administração e da direção executiva das empresas.”
Sistemas de relações	De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015), a governança corporativa é o sistema por onde há o gerenciamento de todo conjunto de órgãos internos da empresa, tratando assim do relacionamento para com os acionistas. As boas práticas de governança corporativa fazem



	com que os princípios básicos se tornem recomendações, dessa forma, a empresa agrega valor, diminui o custo de capital e permite que a empresa tenha maior facilidade na captação de recursos.
Estrutura de Poder	Para Babic (2004, apud Rossetti e Andrade, 2014, p. 139) “O campo em que gravita a governança corporativa é definido por uma dada estrutura de poder, que envolve questões relacionadas aos processos de tomada de decisões estratégicas, ao exercício da liderança, aos métodos com que se atendem aos interesses estabelecidos e aos pleitos emergentes – em síntese, ele está relacionado à sociologia das elites e por isso mesmo é fortemente influenciado pelos institutos legais e pelos marcos regulatórios de cada país.”
Sistema Normativo	Segundo Cadbury (1999, apud Rossetti e Andrade, 2014, p. 140) “A governança corporativa é expressa por um sistema de valores que rege as organizações, em sua rede de relações internas e externas. Ela, então, reflete os padrões da companhia, os quais, por sua vez, refletem os padrões de comportamento da sociedade.”

Fonte: Rossetti e Andrade (2014)

Com relação aos benefícios da governança corporativa, Silveira (2010) cita que externamente os benefícios se dão pela facilidade em conseguir recursos financeiros e um menor custo de capital, além disso, internamente auxilia com o aperfeiçoamento na tomada de decisão. Para melhor controle e visão das ações praticadas pelas empresas, os princípios básicos norteiam as práticas a serem seguidas, são eles: transparência (*disclosure*), equidade (*fairness*), prestação de contas (*accountability*) e conformidade (*compliance*). A importância destes princípios se dá pelo aumento de chances de longevidade da empresa e uma otimização da administração, além disso, por possuir atributos como um maior controle, transparência e até mesmo por ser “moderna”, possuem um olhar diferenciado no mercado.

A transparência (*disclosure*) está relacionada na forma com que as informações são prestadas aos usuários, tendo em vista que sejam expressas de forma clara e verdadeira quanto a situação financeira e patrimonial da empresa. Conforme cita o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015), o princípio da transparência visa a divulgação de informações relevantes e de interesse dos usuários, não somente aquelas informações obrigatórias por lei.

Equidade (*fairness*) é o princípio que visa o tratamento igualitário dos sócios, tanto dos minoritários quanto dos majoritários. Isto fica bastante claro quando o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015) comenta que o princípio da equidade se baseia no tratamento justo e imparcial de todos os sócios e demais usuários, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

A prestação de contas (*accountability*), leva em consideração que os responsáveis pela governança devem divulgar seus atos e ações de maneira clara e objetiva para que haja a compreensão dos usuários. O que é exposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015) ao afirmar que os responsáveis pela governança devem ser claros, compreensivos e tempestivos quanto a prestação de contas de suas ações.

Na conformidade (*compliance*) destaca-se o dever de execução das leis, tanto por necessidade própria, quanto para cumprimento junto as normas do país, que é



afirmado quando de acordo com Rossetti e Andrade (2014) este princípio tem como foco o respeito a regulamentação tanto em caráter interno quanto externo.

Entre os quatro marcos históricos da governança corporativa, pode-se citar dois como pioneiros na relação governança corporativa x auditoria, o Relatório Cadbury e a Lei Sarbanes-Oxley. Conforme cita Rossetti e Andrade (2014) o Relatório Cadbury surgiu em resposta a grande turbulência que havia no Reino Unido com relação a grande ligação de conselheiros que atuavam em diversas companhias tornando seus interesses em comum e dificultando a participação de acionistas minoritários. Rossetti e Andrade (2014) enfatizam que em 1992 foi publicado o relatório que tinha como viés os princípios da prestação responsável de contas e a transparência, que se tornaram base para a elaboração de cinco termos:

1. As responsabilidades dos administradores sobre a apresentação das informações econômico/financeiras da empresa para os acionistas e outras partes interessadas.
2. Transparência e clareza em como as informações são repassadas aos usuários.
3. A formação dos conselhos e a definição de suas atribuições.
4. As responsabilidades dos auditores.
5. A correlação entre conselhos, acionistas e auditores.

A Lei Sarbanes-Oxley foi sancionada em julho de 2002 baseada em projetos de lei apresentados pelo deputado Michael Oxley e pelo senador Paul Sarbanes com o objetivo de reestabelecer a confiança dos investidores e acionistas norte-americanos após alguns escândalos contábeis que atingiram grandes empresas nos Estados Unidos como por exemplo, a Enron, Xerox, WorldCom, Arthur Andersen etc. Vale enfatizar que a SOx se aplica a todas as empresas, americanas e estrangeiras, desde que elas estejam registradas na SEC (*Securities and Exchange Commission*) semelhante a Comissão de Valores Monetários (CVM). Com o foco de aprimorar a governança corporativa e a prestação de contas, a intenção da SOx foi combater e prevenir possíveis fraudes que afetassem o ambiente financeiro, e conforme cita Assi (2012) se deu por meio de uma regulamentação que atingia “conselheiros, *Chief Executive Officers* (CEOs), *Chief Financial Officers* (CFOs), diretores, auditores, analistas de mercado e até aos advogados que tenham como clientes empresas abertas”. Além disso Assi (2012) comenta sobre a obrigatoriedade de CEOs e CFOs em assinarem declarações para que fosse preservada a veracidade das informações divulgadas, dentre elas algumas estavam relacionadas a auditoria as quais estão:

- Criação de comitês de auditoria, compostos por membros dos conselhos de administração e por participantes independentes;
- Impossibilidade da prestação de serviços de auditoria e consultoria.

Dentre as seções que a lei apresenta, o tema sobre a independência do auditor é abordado entre as seções 201 a 209, as quais Lisboa (2010) destaca:

- Artigo 201: Refere-se à proibição de serviços de auditores dentro das companhias em que estão auditando;



- Artigo 202: Estabelece que para a realização de outro serviço executados pelos auditores independentes há a necessidade da aprovação do comitê de auditoria;
- Artigo 203: Fixa o prazo de cinco anos para se haver a rotatividade da empresa de auditoria responsável pelos trabalhos;
- Artigo 204: Criação de regras quanto a comunicação entre os auditores e o comitê de auditoria.

Além disso, pode-se citar a criação do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), órgão responsável por fiscalizar e regulamentar a auditoria externa, o que é reafirmado de acordo com Borgerth (2018) que destaca o poder de estabelecer critérios, controles de qualidade, além de padrões e a ética quanto a divulgação dos relatórios de auditoria.

2.2 NOVO MERCADO

O Novo Mercado foi lançado no ano de 2000, sendo este o mais alto nível de governança corporativa das empresas de capital aberto, ou seja, a empresa que estivesse contemplada neste segmento teria uma visibilidade maior e melhor dos investidores quanto as suas práticas e divulgações. Além disso, empresas que optam por este segmento buscam muito mais do que apenas seguir as regras impostas por lei, o que é enfatizado segundo a B3 (2017) ao afirmar que o novo mercado é um segmento em que as empresas buscam voluntariamente diferenciais de governança corporativa, ademais, após a entrada neste segmento a empresa deve adotar um conjunto de regras, as quais ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de suas políticas, controle etc.

Pode-se destacar também conforme a B3 (2017) algumas regras importantes quanto a preservação dos direitos dos acionistas e no tocante a estrutura da governança como por exemplo:

- Composição do capital ser exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
- Inserção de Auditoria Interna, *Compliance* e Comitê de Auditoria;
- O conselho de administração deve conter de 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato de no máximo dois anos;
- Elaboração e divulgação de política as quais envolvem principalmente informações como remuneração, as indicações de membros conselhos, comitês e diretoria, gerenciamento de riscos etc.

Rossetti e Andrade (2014) ainda salientam algumas situações que levam as empresas a adotar este segmento, como por exemplo: empresas que tem a intenção de abrir seu capital, empresas com no mínimo quinhentos acionistas e apenas com ações ordinárias e empresas que possuem ações preferenciais e que permitem transformá-las em ordinárias.

2.3 AUDITORIA INDEPENDENTE

A auditoria independente tornou-se de grande importância para as empresas, principalmente as de capital aberto, pois, é com um parecer de um ente independente



à empresa que os investidores conseguem ter uma maior segurança sobre as informações divulgadas. Attie (2018) conceitua a auditoria como uma especialização que visa examinar a eficiência e eficácia de determinada empresa com relação as suas atividades e seus procedimentos com a emissão de uma opinião. Crepaldi (2019) define a auditoria como uma forma de se estudar, avaliar e se realizar o levantamento das informações, rotinas e procedimentos que são adotados por uma entidade. No Brasil, algumas entidades obrigatoriamente são auditadas todos os anos, Crepaldi (2019, p.4) as define:

- sociedades anônimas de capital aberto;
- instituições financeiras (bancos, financeiras, distribuidoras, corretoras, entre outras);
- companhias de seguros;
- fundos de previdência complementar;
- fundações públicas ou privadas consideradas de interesse público;
- empresas subordinadas a agências reguladoras, como, por exemplo: ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), entre outras;
- sociedades de grande porte.

Dessa forma, a auditoria se torna o elo entre os usuários da informação e a empresa, onde devem por meio do parecer emitido comunicar de forma clara e objetiva as atividades realizadas, e a maneira como foi conduzida a auditoria sem omitir nenhuma informação relevante afim de não prejudicar os acionistas e usuários (FRANCO E MARRA, 2009). Attie (2018) define o objetivo da auditoria como o processo pelo qual o auditor irá atestar sobre a veracidade das informações constantes nas demonstrações contábeis realizadas pela empresa. O item 3 constante na NBC TA 200 (CFC, 2016) afirma que a auditoria tem papel importante, pois, com a emissão da opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis a confiança e segurança dos usuários nas informações apresentadas pela empresa se torna maior.

O quadro abaixo evidencia de forma mais clara sobre quais os principais objetivos da auditoria e quais as práticas que não são objetivos:

Quadro 2 – Objetivos da Auditoria

São objetivos da auditoria	Não são objetivos da auditoria
<ul style="list-style-type: none"> • Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro; • expressar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; • apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCs TA em conformidade com as constatações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar as demonstrações contábeis; • prevenir e identificar fraudes e erros; • garantir que todos os lançamentos contábeis foram efetuados corretamente; • representar garantia de viabilidade futura da entidade; • atestar a eficácia da administração na gestão dos negócios.

Fonte: Crepaldi (2019)



No que diz respeito às normas que regem a atividade da auditoria no quadro 3 será apresentado um resumo quanto as definições das principais, onde nelas pode-se constatar um meio de orientação para os auditores, visto que, tratam sobre o comportamento, responsabilidades e aspectos profissionais.

Quadro 3 – Principais normas de auditoria

Norma	Definição
NBC TA 200	De acordo com Longo (2015) esta norma é tratada como a “mão das demais normas” tudo por conta dos princípios e das responsabilidades abordadas por ela, ademais, ela ainda serve como um norte quanto ao alcance, autoridade e estrutura das outras normas.
NBC TA 240	Esta norma trata do papel do auditor quanto a fraudes nas demonstrações contábeis. Longo (2015) comenta que o auditor possui sim a responsabilidade de avaliar as possíveis evidências de fraudes e privar-se conforme necessário. Longo (2015) ainda complementa ao diferenciar erro de fraude, onde um erro é algo que ocorre sem intenção e fraude é um ato realizado propositalmente com intuito de obter vantagem.
NBC TA 315	Conforme cita Longo (2015) esta norma tem o intuito de expor a responsabilidade do auditor na avaliação e possível identificação de distorções que causem prejuízo às demonstrações financeiros, estas ações se dão por meio da compreensão nos controles da empresa e no conhecimento da essência dela.
NBC TA 700	Longo (2015) comenta sobre a norma ao afirmar que a mesma tem como objetivo a formação de uma opinião, tendo como base as conclusões e avaliações feitas pelo auditor, além disso, esta norma também aborda sobre a emissão de um relatório sem ressalvas ou outras modificações.
NBC TA 705	Segundo Longo (2015) esta norma trata sobre as situações em que o auditor ao analisar e formar sua opinião, identifica que necessita emitir um relatório com a inclusão de ressalvas ou outras modificações.
NBC TA 706	Longo (2015) comenta que a norma se dedica as considerações do auditor com a adição de dois parágrafos subsequentes a sua opinião. Com isso o auditor pode incluir parágrafos que são denominados de Parágrafo de ênfase e Parágrafo de outros assuntos, onde será possível dar destaque a assuntos pertinentes para a compreensão dos usuários.

Fonte: Longo (2015)

O auditor contábil envolve um padrão moral, credibilidade, honestidade, pois, sua opinião acerca das informações divulgadas pela empresa influencia outras pessoas. A independência é fator primordial nos trabalhos, visto que o auditor deverá ser imparcial em relação as suas convicções perante as informações apresentadas pela empresa, a fim de prestar a verdade e evitar conflitos (Attie, 2018). No que diz respeito a eficiência, Attie (2018) comenta que para emitir a sua opinião o auditor deverá estar seguro das informações e for possível ter condições apropriadas, além disso, deverá ser claro e objetivo não omitindo condições desfavoráveis que o levaram a determinada conclusão. A integridade também é condição importante a ser seguida pelo auditor, como expõe Attie (2018) ao comentar que o auditor deverá ser íntegro em todos os seus compromissos, visto que deve prezar pela empresa auditada, pelas pessoas envolvidas e interessadas na opinião que ele dará sobre a situação da mesma e também com relação a sua classe profissional. Por fim, Attie (2018) aborda sobre confidencialidade, onde o auditor deve zelar pelas informações a ele apresentadas, não devendo expor as mesmas para seu benefício ou de terceiros.

Quanto ao relatório de auditoria, a NBC TA 700 (CFC, 2016) estabelece que sobre a responsabilidade do auditor quanto a emissão do relatório, de que para a emissão do mesmo o auditor deverá estar seguro e ciente de que todas as informações por ele analisadas correspondem a verdadeira situação econômica e financeira da empresa. Além disso a NBC TA 700 trata da estrutura do relatório do auditor independente, onde nele devem conter quando exigido: opinião do auditor,



base para opinião, continuidade operacional, principais assuntos de auditoria, outras informações, responsabilidades pelas demonstrações contábeis, responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis.

O relatório de auditoria pode ser apresentado de duas formas, modificado ou não modificado. Segundo a NBC TA 700 (CFC, 2016) um relatório não modificado é apresentado quando o auditor atesta que todos os por ele verificados estão devidamente corretos e obedecem a estrutura relatório do relatório financeiro aplicável, ou seja, a empresa de forma geral apresenta veracidade em suas informações, e um relatório com opinião modificada, segundo a NBC TA 705 (CFC, 2016) é expresso quando o auditor não consegue obter evidências apropriadas de que as informações apresentadas pela empresa não possuem distorções relevantes, ou quando o auditor conclui perante as informações averiguadas que há distorções relevantes. No que correspondem aos tipos de opiniões modificadas, a NBC TA 705 apresenta três tipos: opinião com ressalva, opinião adversa ou abstenção de opinião. Adicionalmente a NBC TA 706 cita parágrafos adicionais, os quais servem para o auditor dar o entendimento necessário aos usuários, que são eles: Parágrafo de ênfase e o Parágrafo de outros assuntos.

No quadro 4 é apresentado um resumo sobre os tipos de modificações que podem ser adotadas pelos auditores e seus parágrafos adicionais:

Quadro 4 – Tipos de relatórios com opinião modificada e parágrafos adicionais

Relatório	Característica
Opinião com ressalva	É aquele em que o auditor obtém evidências apropriadas e conclui que há distorções relevantes, porém, não são generalizadas. Ou ainda quando não obtém evidências apropriadas para seu embasamento, porém, julga que as possíveis distorções são relevantes, mas não generalizadas.
Opinião adversa	É emitido quando após realizadas as análises e com evidência apropriada, o auditor conclui que as distorções são relevantes e generalizadas.
Opinião com abstenção	O auditor se abstém de emitir uma opinião quando não consegue obter evidência apropriada e conclui que os reflexos de possíveis distorções podem ser relevantes e generalizados.
Parágrafo de ênfase	É incluído quando o auditor julga ser importante determinado assunto constante nas demonstrações contábeis e que este é essencial para entendimento dos usuários.
Parágrafo de outros assuntos	O auditor insere este parágrafo quando determinado assunto não é exposto nas demonstrações contábeis, contudo, é relevante para os usuários.

Fonte: NBC TA 700, 705 e 706

2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Em estudo precedente, Alberton e Marquat (2009) averiguaram o índice de opiniões com ressalvas e parágrafos de ênfases contidas em relatórios de auditoria de empresas listadas no Nível 1 de governança, além da troca de empresas de auditoria entre os anos de 2004 e 2007. A pesquisa evidenciou um baixo volume de ressalvas nos anos analisados, dos 160 pareceres apenas um continha ressalva, além



disso, foram identificados 35 relatórios com parágrafos de ênfase, totalizando 46 ênfases. Dentre os assuntos mais abordados pode-se citar a falta de provisionamento, continuidade e contingências.

Cunha, Beuren e Pereira (2009) buscaram identificar se os relatórios dos auditores estavam apresentados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, nos aspectos: formal e informacional. Para isso, utilizaram uma análise nos pareceres de auditoria de empresas catarinenses registradas na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no ano de 2004. De modo geral, quanto ao aspecto formal notou-se uma necessidade de adequação na forma em que o relatório foi apresentado, pois, foram identificadas algumas expressões que não constam no modelo de parecer expostos pelo Conselho Federal de Contabilidade. Já com relação ao aspecto informacional, o resultado da pesquisa foi satisfatório visto que apenas uma situação foi apresentada fora dos padrões. Adicionalmente, pode-se citar também que 8 pareceres apresentaram ressalva, metade deles por conta de motivos tributários e 20 relatórios com parágrafos de ênfase, os quais tinham como origem o aspecto econômico/financeiro, mais precisamente quanto a sua continuidade operacional, visto que apresentaram repetidamente prejuízos nos períodos.

Damascena, Firmino e Paulo (2011), realizaram uma pesquisa que tinha como objetivo identificar os fatores que motivaram a emissão dos relatórios de auditoria com ressalva e/ou parágrafo de ênfase de companhias listadas na Bovespa entre os anos de 2006 e 2008. Com uma amostra que contava com 1466 pareceres, os autores identificaram 647 pareceres com ressalva e/ou parágrafo de ênfase, dentre os principais motivos estão a limitação de escopo e a impossibilidade do auditor produzir sua opinião, e com relação ao parágrafo de ênfase os principais assuntos abordados foram a falta de capital de giro, passivo a descoberto e prejuízos contínuos nos períodos.

Souza e Silva (2013) efetuaram uma abordagem sobre os relatórios de auditoria de empresas listadas no Novo Mercado publicados no ano de 2012 referente ao ano-calendário de 2011 para obter um estudo sobre o conteúdo contido nestes. A pesquisa contou com a análise de 127 relatórios, apenas dois apresentaram ressalva, no entanto, houve a constatação de muitos parágrafos de ênfase, que foram identificados em 120 relatórios, destes, 99 apresentavam o assunto da avaliação dos investimentos pelo IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) como fator principal para a inclusão do parágrafo. Além disso, foi exposto que 96,85% dos relatórios eram auditados pelas *Big Four*: Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers, empresas que são referências mundiais nos trabalhos de auditoria.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será apresentado o enquadramento metodológico utilizado para a confecção desta pesquisa, bem como, os procedimentos de coleta e análise dos dados, que deram suporte para se obter os resultados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto a abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois analisará os dados contidos nos relatórios dos auditores para possibilitar fazer-se um diagnóstico da confiabilidade das informações divulgadas pelas



empresas do Novo Mercado. De acordo com Creswell (2010) a abordagem qualitativa é uma forma de se buscar compreender a relação entre um problema social e os indivíduos envolvidos. Oliveira (2002) ainda comenta que a pesquisa qualitativa se difere da quantitativa por não utilizar como base os métodos estatísticos para análise dos problemas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois, além de verificar se as empresas do nível máximo de governança corporativa possuem demonstrações verdadeiramente “limpas” buscará identificar os principais motivos, se identificado, que as levaram a ter uma modificação no parecer. Segundo Gil (2019) pesquisas descritivas tem o intuito de transcrever características de certa fonte de pesquisa a fim de estabelecer relações entre as variáveis constantes no estudo. Andrade (2002) ainda comenta sobre a pesquisa descritiva onde o pesquisador estuda os fatos de modo que possa registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem manipular os mesmos.

A obtenção dos dados se deu por meio de uma pesquisa documental, onde foram coletados por meio dos relatórios dos auditores independentes divulgados pelas empresas, informações acerca das opiniões emitidas com base nas demonstrações financeiras. Fonseca (2002) discorre sobre a pesquisa documental ao afirmar que ela pode ser extraída de variadas fontes sendo elas, jornais, revistas, documentos, relatórios de empresas, dentre outros.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quanto a coleta de dados conforme explica Gil (2019) elas podem ser efetuadas a partir de consultas em arquivos, análises de documentos etc. Para este estudo, será utilizada a técnica de análise de conteúdos constantes no relatório de auditoria das empresas analisadas.

A coleta foi realizada primeiramente no site da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) onde extraiu-se as empresas listadas no Novo Mercado, tendo como base os anos de 2017 a 2019. Após a coleta, foram verificados os parágrafos de opinião, base para opinião, ênfase e outros assuntos, os quais serão alocados em gráficos e tabelas a fim de evidenciar a quantidade de possíveis ressalvas e outras modificações no relatório. Além disso, será verificado se as empresas que apresentarem modificações mudaram de segmento de listagem e as empresas responsáveis pelas auditorias efetuadas.

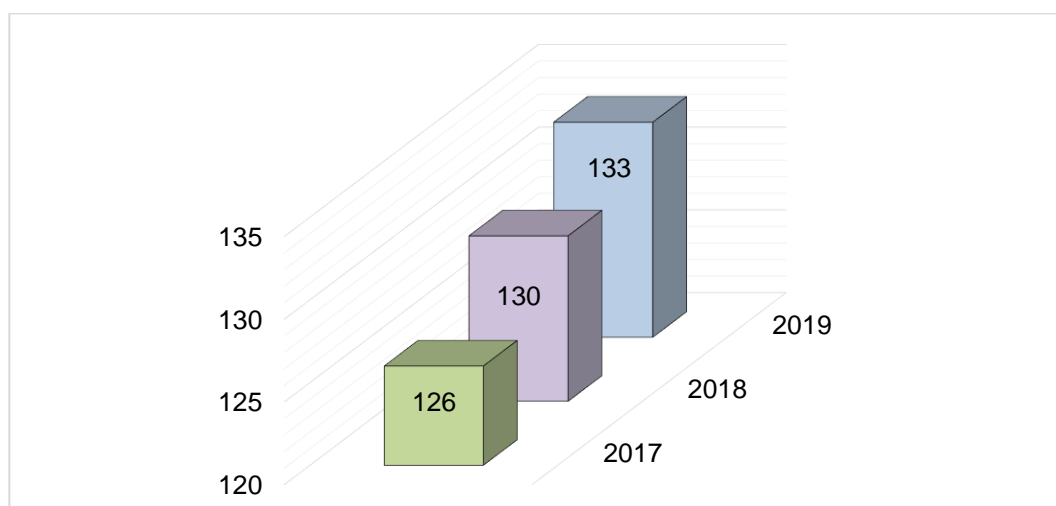
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados para a confecção das análises foram extraídos por meio do sítio da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). A B3, abreviação para Brasil, Bolsa, Balcão, é a atual bolsa de valores brasileira, ou seja, é onde são ofertados as ações e derivativos de diversas empresas aos interessados.

A partir da coleta destes relatórios foram iniciadas as análises e interpretações com foco na estrutura do relatório e suas características, ou seja, em como estavam constituídos os parágrafos mais importantes.

Conforme o Gráfico 1, estão representadas as quantidades de relatórios examinados entre os anos de 2017, 2018 e 2019.

Gráfico 1 – Relatórios analisados



Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar com base na pesquisa que a quantidade de relatórios foi gradualmente aumentando com os anos, o que denota uma maior procura por parte das empresas para o ingresso ao segmento do Novo Mercado, vale ressaltar que o porte ou o segmento de atuação da empresa não são levados em consideração para seu ingresso ao Novo Mercado.

Além disso, elencou-se na Tabela 1 o setor de atuação de cada uma das empresas abordadas na pesquisa.

Tabela 1 – Caracterização das empresas analisadas

Setor	Freq.	%
Agropecuária	4	3,01%
Água e Saneamento	2	1,50%
Alimentos Processados	8	6,02%
Análises e Diagnósticos	7	5,26%
Automóveis e Motocicletas	2	1,50%
Comércio	10	7,52%
Comércio e Distribuição	3	2,26%
Computadores e Equipamentos	1	0,75%
Construção Civil	16	12,03%
Construção e Engenharia	3	2,26%
Diversos	8	6,02%
Energia Elétrica	8	6,02%
Exploração de Imóveis	9	6,77%
Hotéis e Restaurantes	2	1,50%
Intermediários Financeiros	1	0,75%
Madeira e Papel	2	1,50%
Máquinas e Equipamentos	3	2,26%
Material de Transporte	2	1,50%
Medicamentos e Outros Produtos	1	0,75%
Mineração	2	1,50%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6	4,51%
Previdência e Seguros	5	3,76%
Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	1	0,75%
Programas e Serviços	3	2,26%

Químicos	1	0,75%
Serviços Diversos	3	2,26%
Serviços Financeiros Diversos	2	1,50%
Siderurgia e Metalurgia	1	0,75%
Tecidos, Vestuário e Calçados	6	4,51%
Telecomunicações	1	0,75%
Transporte	7	5,26%
Utilidades Domésticas	1	0,75%
Viagens e Lazer	2	1,50%
Total	133	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar-se os principais setores que fazem parte do Novo Mercado, percebeu-se que o nicho é bastante grande, sendo uma carteira muito diversificada. Os setores da construção civil e do comércio despontam como os principais integrantes deste segmento com os percentuais de 12,03% e 7,52% respectivamente. Além desses, é interessante evidenciar que ramos como o de energia elétrica, exploração de imóveis, alimentício, também se destacam na composição do Novo Mercado.

4.1 EMPRESAS DE AUDITORIA

Outro fato relevante da pesquisa foram as empresas responsáveis pela emissão do relatório de auditoria, conforme a Tabela 2 expõe, 85% dos relatórios analisados foram emitidos pelas *Big Four*.

Tabela 2 – Empresas de Auditoria

Empresa de Auditoria	2017	2018	2019	Total	Média
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.	1	2	3	6	1,54%
BDO RCS Auditores Independentes	8	7	7	22	5,66%
BKR - Lopes, Machado Auditores	1	2	3	6	1,54%
Crowe Horwath Bendoraytes & CIA Auditores	1	0	0	1	0,26%
Deloitte Touche Tohmatsu	12	15	17	44	11,31%
Ernst Young	29	28	30	87	22,37%
Grant Thornton Auditores Independentes	4	7	7	18	4,63%
KPMG	40	42	41	123	31,62%
PP&C Auditores Independentes	0	1	1	2	0,51%
PricewaterhouseCoopers	29	25	23	77	19,79%
Verdus Auditores Independentes	1	1	1	3	0,77%
Total	126	130	133	389	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

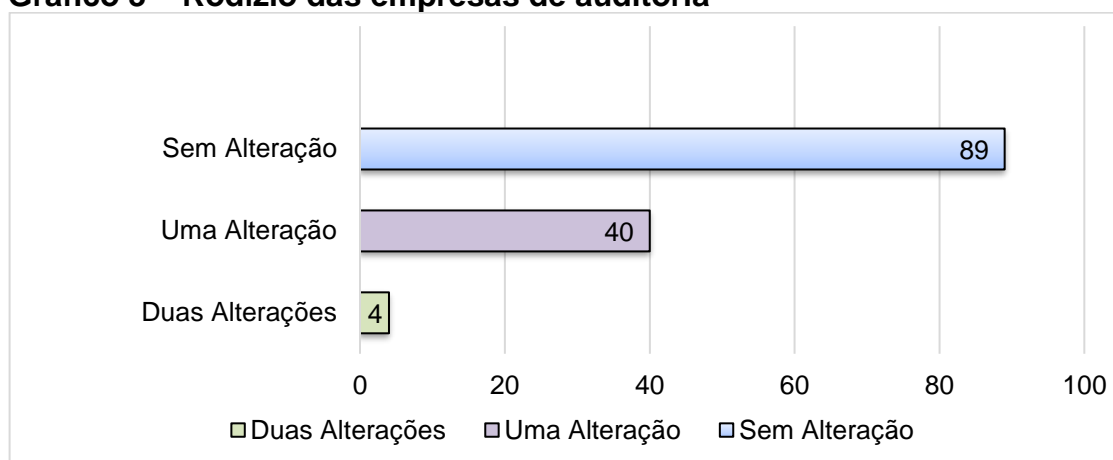
A KPMG considerada a maior empresa de auditoria, foi quem deteve o maior número de auditorias realizadas, com um total de 123 relatórios emitidos, o que significa dizer que quase um terço de todos os relatórios analisados foram emitidos por ela. Cabe também citar as demais *Big Four*, Deloitte Touche Tohmatsu foi responsável por 11% das demandas de auditoria, Ernst Young com 22% e PricewaterhouseCoopers com 20% dos relatórios emitidos para empresas do Novo

Mercado. Dado o exposto desta análise, Souza e Silva (2013) também encontraram em sua amostra a predominância pelas *Big Four* como empresas de auditoria responsáveis pela emissão de relatórios no ano de 2012 com 96,85% destes.

O fato de se ter esta maior concentração de auditorias realizadas pelas *Big Four* está ligado a confiabilidade e a legitimidade que estas empresas passam aos responsáveis, isso porque, estas empresas são reconhecidas em âmbito mundial pelas suas excelências em auditoria.

Levando em consideração ainda as empresas de auditoria, realizou-se a análise do rodízio de empresas de auditoria, a qual ocorre a cada cinco anos ou a critério da própria empresa. O Gráfico 3 representa o total de empresas, e destas quais optaram pela troca voluntária ou por atendimento ao Art. 31 da instrução da CVM nº 308/99 que dispõe sobre os rodízios de firmas ou profissionais de auditoria.

Gráfico 3 – Rodízio das empresas de auditoria



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 3 demonstra que na maior parte das empresas não houve a troca da empresa responsável pela auditoria. Não há como se afirmar que o fato das alterações foram baseadas em decisões da empresa ou se por conta do rodízio de auditoria obrigatório.

4.2 TIPOS DE OPINIÃO

Conforme já relatado, o papel do auditor contábil é de suma importância para os usuários da informação e acionistas, tudo porque, a opinião que ele emite sobre as demonstrações financeiras da empresa podem levar a uma desistência na hora de comprar uma ação, assim como pode ser mais uma confirmação de que a empresa é realmente confiável em seus aspectos contábeis e financeiros. Diante disso, a Tabela 3 representa todas as opiniões emitidas, bem como seus respectivos percentuais entre os anos.

Tabela 3 – Opiniões Emitidas

Opinião	2017	%	2018	%	2019	%
Sem ressalvas	120	95,24%	120	92,31%	125	93,98%
Com ressalvas	3	2,38%	5	3,85%	5	3,76%
Abstenção de opinião	3	2,38%	5	3,85%	3	2,26%
Total	126	100,00%	130	100,00%	133	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se então a predominância por relatórios “limpos”, ou seja, sem ressalva, abstenção ou opinião adversa, que estão representados em 95,24% em 2017, em 2018 totalizou 92,31% e em 2019 93,98%. Estes índices corroboram no aspecto de confirmação referente às informações trazidas por Souza e Silva (2013) onde uma amostra analisada em empresas do Novo Mercado de 2012 com 127 relatórios de auditoria, apenas 2 apresentaram modificações de opinião. Importante destacar-se que Alberton e Marquat (2009) em sua pesquisa que teve como objeto de análise as empresas listadas no Nível 1 de governança, também identificaram uma baixa porcentagem de modificações, onde dos 160 pareceres apenas 1 continha ressalva.

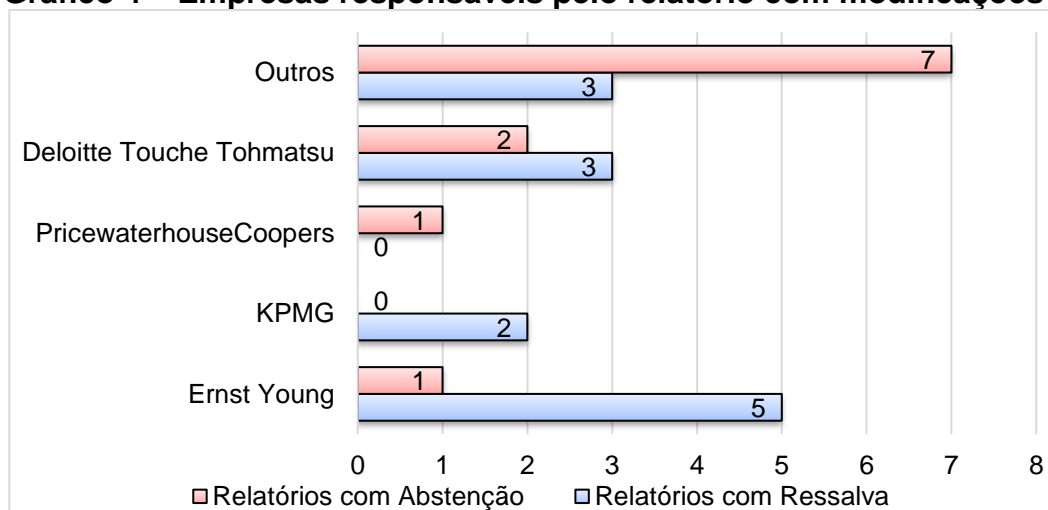
No tocante as opiniões com ressalva, ainda que em pequena escala, houve aumento durante os anos de 2017 e 2018 com três e cinco relatórios com ressalva respectivamente e 2019 estagnando o mesmo número de ressalvas. Importante frisar que o relatório com ressalva é emitido segundo NBC TA 705 quando o auditor obtém evidências apropriadas e conclui que há distorções relevantes, porém, não são generalizadas. Ou ainda quando não obtém evidências apropriadas para seu embasamento, porém, julga que as possíveis distorções são relevantes, mas não generalizadas.

As opiniões com abstenção, ou seja, aquelas em que o auditor se ausenta a dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras obtiveram índices relativamente baixos, com 2,38% em 2017 com apenas 3 relatórios, um aumento em 2018 para 5 relatórios com abstenção representando 3,85% do total de relatórios e em 2019 voltou a apresentar 3 relatórios com abstenção totalizando um percentual de 2,26%. Este tipo de opinião é apresentado quando, segundo a NBC TA 705 o auditor não consegue obter evidência apropriada e conclui que os reflexos de possíveis distorções podem ser relevantes e generalizados.

Durante as análises não foram identificados relatórios com opinião adversa, por este motivo não está representado na Tabela 3.

Foi verificado também as empresas de auditoria responsáveis pelos relatórios com modificação de opinião, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Empresas responsáveis pelo relatório com modificações



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, no Gráfico 4, percebe-se que a grande concentração de relatórios com abstenção ficou entre empresas que não estão entre as *Big Four*, já com relação as ressalvas as empresas Ernst Young, Deloitte Touche Tohmatsu e KPMG apresentaram 9 relatórios com ressalva, o que significou a grande parte dos relatórios com ressalvas, apenas a empresa PricewaterhouseCoopers não apresentou nenhum relatório ressalvado.

4.2.1 Opinião com Ressalva

Conforme mencionado, a pesquisa identificou 13 relatórios com ressalva, vale destacar que o auditor pode apresentar um ou mais motivos para embasar sua opinião com ressalva. Os Quadros 5, 6 e 7 retratam os motivos pelos quais os relatórios foram ressalvados, bem como a empresa e o ano a que se referem.

Quadro 5 – Motivo das Ressalvas em 2017

Ano	Empresa	Motivo da Ressalva
2017	Indústrias Romi S.A	Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS
2017	JBS S.A	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas
2017	OSX Brasil S.A.	Limitação de escopo

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 6 – Motivo das Ressalvas em 2018

Ano	Empresa	Motivo da Ressalva
2018	CCR S.A	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas
2018	Ecorodovias S.A	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas
2018	Indústrias Romi S.A	Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS
2018	Springs Global Participações S.A	Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS
2018	Triunfo Participações e Investimentos S.A	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas e incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 7 – Motivo das Ressalvas em 2019

Ano	Empresa	Motivo da Ressalva
2019	CCR S.A	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas
2019	Eternit S.A	Ajuste ao valor de recuperação de ativos imobilizados e incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional
2019	Grendene S.A	Afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS
2019	Indústrias Romi S.A	Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS
2019	Triunfo Participações e Investimentos S.A	Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os principais motivos para ressalvas, identificou-se que investigações conduzidas por órgãos públicos é o tema que mais aparece entre as ressalvas. Nos últimos anos tem-se visto muito casos de corrupção dentro de organizações grandes, como exemplo, a CCR, uma das maiores empresas de concessão de infraestrutura da América Latina que em 2018 fechou acordo com o Ministério Público de São Paulo após ser confirmado esquema de caixa 2, em que recursos da companhia eram repassados para campanhas eleitorais de ex-governadores e deputados. O assunto tributário referente ao ICMS também foi pauta importante abordada entre as ressalvas, isso porque há muitas discussões judiciais ou não, com relação a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, porém, como até a data de auditoria de cada uma das empresas que obtiveram ressalva por este assunto ainda não se havia decisão formal sobre este assunto, elas não poderiam se valer de créditos relativos a esta questão. Nota-se ainda que apenas a empresa Indústrias Romi S.A obteve ressalva nos 3 anos, todos pelo motivo da reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS.

4.2.1 Abstenção de Opinião

Ao todo, 11 relatórios apresentavam o parágrafo de opinião com abstenção, assim como uma opinião com ressalvas, a abstenção de opinião também pode apresentar mais de um motivo. Nos Quadros 8, 9 e 10 estão dispostos todos os motivos que levaram os auditores a não expressarem nenhuma opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada, bem como a empresa e os anos .

Quadro 8 – Motivo das Abstenções em 2017

ANO	EMPRESA	Motivo da Abstenção
2017	Eternit S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional.
2017	PDG Realty S.A	Limitações de escopo e dúvidas quanto a continuidade operacional.
2017	MMX S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional e controles internos com fraquezas significativas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 9 – Motivo das Abstenções em 2018

ANO	EMPRESA	Motivo da Abstenção
2018	Eternit S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional e ajuste ao valor de recuperação de ativos imobilizados.
2018	Fertilizantes Heringer S.A	Limitações de escopo e dúvidas quanto a continuidade operacional.
2018	PDG Realty S.A	Limitações de escopo e inobservância de princípio contábil.
2018	Pomi Frutas S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional.
2018	MMX S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional e controles internos com fraquezas significativas.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 10 – Motivo das Abstenções em 2019

ANO	EMPRESA	Motivo da Abstenção
2019	PDG Realty S.A	Limitações de escopo e inobservância de princípio contábil.
2019	Pomi Frutas S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional.
2019	MMX S.A	Dúvidas quanto a continuidade operacional e controles internos com fraquezas significativas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode-se observar nos quadros, principal motivo abordado para a abstenção de opinião foi a dúvida com relação a continuidade operacional da empresa, mais especificamente, as análises observaram que os processos de recuperação judicial são a maior causa de se haver a dúvida quanto a continuação das atividades da empresa. Limitação de escopo foi algo que também se destacou, neste aspecto, isso ocorre quando uma série de procedimentos são adotados pelo auditor não concluem tal fato ou a empresa não concede a documentação suporte para a avaliação. As empresas PDG Realty S.A e MMX S.A apresentaram abstenções nos 3 anos averiguados, ambas estão em recuperação judicial, o que é levado em consideração no que diz respeito a continuidade das operações por elas realizadas, além disso a limitação de escopo também foi circunstância relevante aponta nos relatórios de auditoria da empresa PDG Realty. A empresa Eternit S.A que nos anos de 2017 e 2018 apresentou abstenções dos auditores quanto as suas demonstrações financeiras, no ano de 2019 conforme quadro 7, obteve uma opinião com ressalva, mesmo havendo entre os motivos, a incerteza quanto a continuidade de suas atividades que nos anos anteriores foram motivo para abstenção. Isso deve-se ao fato de o plano de recuperação judicial ter sido aprovado somente em maio de 2019 em Assembleia Geral de Credores.

4.2.1 Parágrafos de Ênfase e Outros Assuntos

No que diz respeito aos parágrafos que sucedem a opinião do auditor, a pesquisa deu enfoque aos parágrafos de ênfase e de outros assuntos, assim, a Tabela 4 traz uma síntese da quantidade de parágrafos identificados nos relatórios, bem como em quantos relatórios estes parágrafos aparecessem.

Tabela 4 – Parágrafos de Ênfase e Outros Assuntos

Modificações	2017	%	2018	%	2019	%
Parágrafos de Ênfase	29	23,01%	28	21,54%	29	21,80%
Outros Assuntos	126	100%	130	100%	133	100%
Total de Relatórios	126		130		133	

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode-se notar no que expõe a Tabela 4, os parágrafos de ênfase representaram em média 20% dos relatórios de cada ano, importante destacar que este tipo de parágrafo não interfere na opinião do auditor, serve para que seja chamando a atenção de determinado assunto que esteja divulgado nas demonstrações da empresa. Com relação ao parágrafo de outros assuntos, este foi apresentado em todos os relatórios de auditoria analisados, isso ocorre quando há

uma informação relevante para o entendimento dos usuários, porém, não está divulgado nas demonstrações.

Ainda com relação aos parágrafos, o quadro representa os assuntos, bem como a quantidade encontrada nos relatórios. Dessa forma, buscou-se evidenciar o quanto se repete determinados assuntos entre as companhias do Novo Mercado.

Quadro 11 – Motivo dos Parágrafos de Ênfase

Motivo dos Parágrafos de Ênfase	Quantidade
Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente	1
Ajuste ao valor de recuperação de ativos imobilizados	2
Combinação de negócios	1
Continuidade operacional da controlada em conjunto	2
Contrato de concessão em investimento controlado em conjunto	1
Desconsolidação	3
Homologação de programa de parcelamento	2
Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional	19
Incertezas quanto ao plano de recuperação judicial	1
Investigações conduzidas por órgãos públicos	11
Investimento em ações	1
Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis	14
Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM	22
Prescrição das Opções de Compra de Ações	1
Provisionamento do passivo diferido sobre o “fair value” da propriedade para investimento da controlada	1
Reapresentação das demonstrações contábeis	11
Reclassificação de débitos vinculados ao pedido de recuperação judicial	1
Reconhecimento de receita	2
Recuperação Extrajudicial	2
Recuperação Judicial	1
Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS	3
Risco de continuidade da investida	2
Risco de descaracterização ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	1
Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos	6
Transações com partes relacionadas	3
Total	114

Fonte: Dados da pesquisa.



O principal assunto abordado nos parágrafos de ênfase é o que se refere às “Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM”, assunto este que a CVM emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2008 em orientação a reconhecimento de receitas de incorporadoras imobiliárias. Outro tópico bastante relevante foi a de incertezas quanto a continuidade operacional, é importante frisar que os critérios adotados para este assunto estar redigido em um parágrafo de ênfase e não em uma “ressalva” ou abstenção dependem de uma série de requisitos. Para estes casos, os auditores julgaram não ser relevante para uma ressalva, porém, importante para entendimento dos usuários. Alberton e Marquat (2009) em sua pesquisa também identificaram grande quantidade de parágrafos de ênfase com o assunto relativo à continuidade operacional em empresas listadas no Nível 1 de governança corporativa.

Constatado no Tabela 4, os parágrafos de outros assuntos apareceram em todos os relatórios de auditoria com o tema da DVA (Demonstração do Valor Adicionado). Esta demonstração é obrigatória somente para companhias de capital aberto, porém, para o IFRS (International Financial Reporting Standards) não é uma demonstração financeira obrigatória, e por isso, é tratada de forma suplementar, ou seja, para fins de informação no parágrafo de outros assuntos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os relatórios de auditoria das empresas listadas no Novo Mercado da B3 entre os anos de 2017, 2018 e 2019. Realizando-se a pesquisa constatou-se que o nicho do Novo Mercado é bastante vasto, com os setores da construção civil e do comércio com mais empresas inseridas, mas no restante há uma diversificação de setores muito grande.

Buscou-se identificar a variação nas opiniões emitidas pelos auditores e o resultado colhido foi que basicamente, há a predominância por relatórios sem modificações de opinião, ou seja, sem ressalva, abstenção ou opinião adversa. Isso demonstra que as empresas contempladas no Novo Mercado procuram manter suas informações quanto as demonstrações financeiras o mais próximo da realidade possível, promovendo assim, confiança aos seus acionistas e usuários da informação. Destaca-se que apenas 24 relatórios dos 389 analisados apresentaram algum tipo de modificação de opinião, o que significa dizer que 93,83% dos relatórios de auditoria consideraram que as demonstrações financeiras apresentavam adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa.

No tocante as modificações detectadas, observou-se que um total 13 ressalvas distribuídas em 9 empresas, sendo elas: Indústrias Romi S.A, JBS S.A, OSX Brasil S.A, CCR S.A, Ecorodovias S.A, Springs Global Participações S.A, Triunfo Participações e Investimentos S.A, Eternit S.A, Grendene S.A. O motivo de boa parte destas ressalvas foi por contas de investigações instauradas por órgãos públicos, isso denota que mesmo com auditorias sendo realizadas constantemente nas empresas de capital aberto além de serem enquadradas no mais alto nível de governança pelas boas práticas adotadas, elas ainda são alvo de grandes operações a nível federal por fraudes, desvios, corrupção, dentre outros crimes. No que diz respeito as opiniões com abstenção, ou seja, quando há uma negativa de opinião por parte do auditor, foram encontradas 11 abstenções pertencentes a 5 empresas: Eternit S.A, PDG Realty S.A, MMX S.A, Fertilizantes Heringer S.A, Pomi Frutas S.A. Mostrou-se assim que o fato que levou o auditor a abster-se da opinião em determinado ano, não foi



corrigido ou não teve o tratamento necessário para que na auditoria posterior levasse a empresa a não apresentar mais este tipo de relatório. Este foi o caso por exemplo das empresas MMX S.A e PDG Realty S.A, que apresentaram abstenções em todos os anos abordados pela pesquisa.

Com relação as empresas de auditoria responsáveis pela emissão do relatório, as denominadas *Big Four*, que são as quatro empresas de auditoria mais relevantes e reconhecidas mundialmente por trazerem credibilidade e confiança em suas opiniões foram predominantes na amostra. KPMG, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst Young e PricewaterhouseCoopers somaram cerca 85,09% do total de relatórios de auditoria da análise, isso significa dizer que até mesmo as empresas buscam e optam pela credibilidade e confiança.

Dado o exposto, conclui-se assim que as empresas listadas no Novo Mercado da B3, de forma geral, transmitem suas informações de forma verídica e fidedigna. No entanto, é preciso levar em consideração que determinadas empresas ainda carecem de certas informações e controles, deixando incertezas aos seus acionistas e usuários da informação.

Como limitação, cita-se a não obtenção de uma base de dados onde se continha as empresas listadas no Novo Mercado separadas pelo ano de listagem. Em contato com o suporte da B3, os mesmos informaram que este tipo de relatório ou base de dados não são confeccionados, por isso não poderiam auxiliar nesta pesquisa. Ademais, o período de estudo mostrou-se curto para analisa-se mais aspectos relacionados aos relatórios de auditoria e as empresas do Novo Mercado.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a aplicação do estudo em outros níveis de governança da B3 a fim de realizar-se comparações entre os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, L.; MARQUART, A. **Parecer de auditoria das companhias listadas no nível 1 de governança corporativa da BOVESPA: uma análise das ressalvas, ênfases e empresas de auditoria entre os anos de 2004 e 2007**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 8, n. 23, p. 43-55, 2009.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSI, M. **Gestão de riscos com controles internos**. Saint Paul Editora, 2019.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). **Novo Mercado**. 2017.

Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/>. Acesso em: 07, abr. 2020.

BORGETH, V. M. C. **SOX Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente**. 4ª reimp. Da 1ª ed. 2007. São Paulo: Cengage Learning, 2011.



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. 2002. **Cartilha de governança corporativa: recomendações da CVM sobre governança corporativa.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 200 – **Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.** Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))> Acesso em: 31 mai. 2020

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 240 – **Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis, de 19 de agosto de 2016.** Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240(R1))>. Acesso em: 31 mai. 2020

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 315 – **Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente, de 17 de agosto de 2016.** Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA315\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA315(R1))>. Acesso em: 31 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 700 – **Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, de 17 de junho de 2016.** Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700>. Acesso em: 31 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 705 – **Modificações na Opinião do Auditor Independente, de 17 de junho de 2016.** Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA705>. Acesso em: 31 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 706 – **Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, de 17 de junho de 2016.** Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA706>. Acesso em: 31 mai. 2020.



CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CUNHA, P. R.; BEUREN, I. M.; PEREIRA, E. **Análise dos pareceres de auditoria das demonstrações contábeis de empresas de Santa Catarina registradas na Comissão de Valores Mobiliários**. RIC - Revista de Informação Contábil, v. 3, n. 4, p. 44-65, out.-dez. 2009.

DAMASCENA, L. G.; FIRMINO, J. E.; PAULO, E. **Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas Demonstrações Contábeis das Companhias listadas na Bovespa**. Revista de Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 125-154, abr/jun 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015.

LISBOA, I. **Entendendo a Lei Sarbanes Oxley**. Salvador-BA, 2010.
Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/auditoria-interna/entendendo-a-lei-sarbanes-oxley.asp>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

LONGO, C. G. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINEZ, A.L.; RAMOS, G.M. 2006. **Governança corporativa e earnings management**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração ENANPAD, nº 30, Salvador, 2006. Anais... Salvador, p. 1-21.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 321p.

ROSSETTI, J. P; ANDRADE, A. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2014

SILVA, L. M; SOUZA, R. C. A. **Análise dos relatórios de auditoria independente das empresas do novo mercado**. ConTexto, Porto Alegre, v.13, n.25, p.55-69, set/dez 2013.



SILVEIRA, A. D. M. **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SPRENGER, K. B., SILVESTRE, A. O., & LAUREANO, R. V. **Relatório de Auditoria Independente Modificado e o rodízio de firma de auditoria**. In Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, (2016)